

# O Brasil no jogo de espionagem da Guerra Fria: as relações Cuba-URSS vistas pela diplomacia brasileira (1962)

Brazil in the Cold War espionage game: the relations Cuba-USSR  
seen by Brazilian diplomacy (1962)

Brasil en el juego de espionaje de la Guerra Fría: las relaciones Cuba-URSS vistas  
por la diplomacia brasileña (1962)

*Charles Sidarta Machado Domingos\**

## Resumo

Este artigo aborda como a Revolução Cubana alterou significativamente as relações entre os países no continente americano. Para o governo Kennedy, Fidel Castro representava a maior ameaça ao seu domínio hegemônico nas Américas. Em um período inferior a dois anos, muitas foram as desavenças entre os Estados Unidos da América e a República de Cuba. Em razão de sua Política Externa Independente, o governo Goulart se via bastante envolvido na questão de Cuba. Mesmo em meio à emergência de um novo Conselho de Ministros e preocupado com as eleições que se realizariam, o governo brasileiro não deixava de prestar atenção naquela pequena ilha do Caribe e nas ações do governo dos EUA. Uma delas, em especial, era alvo

de grande interesse do presidente João Goulart e do primeiro-ministro Hermes Lima: o encontro do secretário de Estado, Dean Rusk, com os representantes dos países latino-americanos na Organização dos Estados Americanos.

*Palavras-chave:* Guerra Fria. Organização dos Estados Americanos. Revolução Cubana.

\* Professor do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: csmmd@terra.com.br

Recebido em: 18/12/2017 - Aprovado em: 24/01/2018  
<http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.18n.2.8076>

## Introdução

Com a Revolução Cubana, temos uma nova fase na história, com a latino-americanização da Guerra Fria. O conflito entre Leste-Oeste passa a ser uma realidade concreta no subcontinente. Nessa mesma época – o início dos anos 1960 –, o Brasil foi marcado por um período de forte debate político e de significativa participação popular. Com a eleição de Jânio Quadros e João Goulart, houve uma mudança de orientação na política externa brasileira, representada pela Política Externa Independente (PEI). Mesmo com a renúncia de Quadros e a atribulada conjuntura da posse de João Goulart – marcada pelo Movimento da Legalidade e pela instauração do parlamentarismo –, a PEI logrou continuidade. Por meio dessa política externa, o Brasil se colocava em um novo patamar nas relações internacionais: procurava obter uma posição de relativa autonomia dos blocos político-econômicos do período da Guerra Fria, a saber, o capitalista e o socialista.

Um dos pontos mais polêmicos referentes à PEI está ligado às medidas do Brasil com relação à República de Cuba. A pequena ilha caribenha se mostrou uma ameaça para o capitalismo na América Latina e, dessa forma, para os EUA na Guerra Fria. Dadas suas condições históricas, o nacionalismo cubano se desenvolveu combinando aspectos anti-imperialistas e anticapitalistas, até culminar com a sua declaração de socialismo em 16 de abril de 1961. Ao defender o direito à autodeterminação dos povos e o princípio de não intervenção, a PEI do go-

verno brasileiro constituía um obstáculo aos objetivos dos EUA em relação à ilha.

## O Brasil no olho do furacão

Quando João Goulart assumiu a presidência do Brasil, foi sob um novo sistema político: o parlamentarismo. Nessa nova modalidade de governo, o primeiro gabinete foi presidido por Tancredo Neves, membro do Partido Social Democrático (PSD). Esse ministério, conhecido como Gabinete da União Nacional ou Gabinete da Conciliação Nacional, foi o mais longo na curta experiência parlamentarista na República brasileira: teve início em 7 de setembro de 1961 e se extinguiu em 26 de junho de 1962.

Nesse ministério, a pasta das Relações Exteriores ficara a cargo de San Tiago Dantas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sob sua gestão, o Ministério das Relações Exteriores<sup>1</sup> procurava se informar com profundidade a respeito da visita do chanceler Adam Rapacki, da Polônia, a Cuba, realizada de 11 a 16 de junho de 1962.<sup>2</sup> Assim, solicitou ao diplomata brasileiro em Havana, José Maria Diniz Ruiz de Gamboa, em função de seu acesso à “fonte governamental, que já provou sua seriedade em outras ocasiões”, que procurasse descobrir a motivação daquele encontro diplomático. Ruiz de Gamboa, por meio de seu contato secreto dentro do governo cubano, esclareceu ao Itamaraty que o objetivo principal da visita do chanceler Rapacki foi “limar as asperezas existentes nas relações entre Cuba e URSS”.<sup>3</sup>

O diplomata brasileiro obteve a informação de que Fidel Castro não estava satisfeito com o embaixador da União das Repú-

blicas Socialistas Soviéticas (URSS), Sergei Kudryavtsev, em razão de seu “‘escalantismo’, ou seja, tendência a apoiar a política dos velhos militantes do Partido Comunista Cubano, e dos constantes comentários que fazia sobre a desorganização reinante em Cuba”,<sup>4</sup> a tal ponto que sequer fora noticiado pela imprensa cubana o retorno do embaixador soviético para a URSS. Além disso, Ruiz de Gamboa utilizou como termômetro do desprestígio de Kudryavtsev a ausência de Ernesto Che Guevara, “que infalivelmente comparece ao aeroporto para receber e despedir-se de todas as personalidades e subpersonalidades do mundo comunista”.<sup>5</sup> E foi nessa conjuntura que embarcou, para Moscou, o ministro das Forças Armadas, Raul Castro, na companhia de alguns oficiais do exército cubano, de acordo com Ruiz de Gamboa, “atendendo ao convite do ministro da Defesa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”.<sup>6</sup>

Em Moscou, Raul Castro e seus auxiliares se encontraram com Rodion Malinovsky, o ministro da Defesa da URSS. Nessa reunião, entabularam discussões a respeito da ajuda militar para Cuba. Raul Castro ficou por duas semanas na União Soviética, tendo ainda se encontrado com Nikita Krushev. O que o diplomata brasileiro não sabia é que, nessas reuniões, estavam sendo decididos os preparativos para o envio dos mísseis nucleares para Cuba. Era o início da Operação Anadyr (DIEZ ACOSTA, 2002, p. 97-99; SZULC, 1987, p. 680; DOBBS, 2009, p. 42).<sup>7</sup>

Surpreendente, no entanto, foi o fato de o chanceler polonês ter discutido com o governo cubano a respeito do Brasil. Ruiz de Gamboa soube, pelo Embaixador da Iugos-

lávia, “que sempre anda muitíssimo bem informado”, que Adam Rapacki deu conselhos de moderação ao governo cubano, de forma geral, e, de forma particular, “recomendou a líderes deste país que não pensassem em pregar a revolução para o Brasil, fazendo notar que uma isenção total nos assuntos brasileiros produziria mais benefício para o regime cubano”.<sup>8</sup>

Desse modo, o chanceler da Polônia sugeria, com clareza, que Cuba deixasse a Segunda Declaração de Havana sem efeito, por meio de “longa exposição aos líderes cubanos sobre coexistência pacífica, considerada como estratégia da política externa dos países socialistas”.<sup>9</sup> No entanto, isso parece não ter agradado ao governo cubano, pois esses conselhos foram percebidos como intromissão nos assuntos internos de Cuba:

Nas altas esferas do governo revolucionário, Rapacki parece ter deixado a impressão de um intrometido com vezo de catedrático, “a dar lição que ninguém pediu”; a reação absurda, mas tipicamente cubana, que traduziu açodadamente o pensamento dos que imaginam Cuba como fulcro de movimento revolucionário continental e não se conformam ante as recomendações que contrariam essa tendência.<sup>10</sup>

Em que pese isso possa ter sido um pedido de Krushev – embora não tenhamos a documentação que comprove isso, é possível que essa tenha sido a razão dos aconselhamentos de moderação ao governo de Cuba e que estariam em acordo com a Declaração do XX Congresso do Partido Comunista da URSS, no que concerne à coexistência pacífica<sup>11</sup> –, também existe a possibilidade de que essa intervenção de Rapacki tenha origem em um pedido feito pelo ministro das

Relações Exteriores do Brasil, Francisco San Tiago Dantas, que estivera na Polônia e, inclusive, emitira um Comunicado Conjunto Brasil-Polônia.

O ministro San Tiago Dantas esteve na Polônia, em missão oficial, a convite do governo polonês, de 14 a 17 de maio de 1962, tendo sido recebido pelo presidente do Conselho de Estado, Aleksander Zawadzki, pelo primeiro-ministro, Josef Cyrankiewicz, e pelo chanceler, Adam Rapacki – além de ter se encontrado também com Wladyslaw Gomulka.<sup>12</sup> Cumpria retribuir a visita realizada por Adam Rapacki ao Brasil no ano de 1961. Naquela ocasião, o ministro das Relações Exteriores da Polônia foi recebido, no Rio de Janeiro, pelo presidente Goulart, pelo primeiro-ministro Tancredo Neves e pelo ministro San Tiago Dantas, entre os dias 10 e 22 de outubro.<sup>13</sup>

Datado de 17 de maio, o Comunicado Conjunto Brasil-Polônia, como é de praxe nesse tipo de manifestação diplomática, expressou que os dois governos tinham a intenção de estreitar suas relações de amizade. Além disso, como também é muito comum nesse tipo de declaração, divulgaram que as conversações estiveram relacionadas com a conjuntura internacional e objetivavam a cooperação entre os países, nos âmbitos cultural e econômico.

É importante destacar – sem, no entanto, esquecer as relações econômicas entre os países – a ênfase dada pelos dois chanceleres sobre a política internacional daquele momento:

Concordamos que as relações de coexistência e cooperação entre Estados podem e devem basear-se no respeito ao sistema social, ideológico, político e econômico de cada um deles e no mais amplo desenvolvimento da cooperação internacional, observando os seguintes princípios: respeito à soberania e a não-intervenção nos negócios internos dos Estados; extinção do colonialismo sob todas as suas formas; solução das divergências através das negociações e dos meios pacíficos.<sup>14</sup>

Os princípios mais importantes da PEI estavam expressos na declaração, a saber, o respeito à soberania – equivalente ao respeito à autodeterminação – e à não intervenção (DOMINGOS, 2010, p. 34-37). Além disso, enalteciam o caráter permanente da busca pela paz como objetivo de ambas as políticas externas.

Os dois governos viam, na busca pela paz, uma possibilidade de desenvolvimento econômico-social dos povos, ao planejarem destinar os recursos utilizados nas armas nucleares para o estímulo à industrialização das economias dependentes:

Os dois Ministros convieram ser necessário e realizável o desarmamento completo e geral, sob controle eficaz, para assegurar a preservação da paz. Os progressos conseguidos no campo do desarmamento devem assegurar a multiplicação dos recursos destinados a acelerar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.<sup>15</sup>

O interesse do governo brasileiro a respeito da visita de Adam Rapacki a Cuba deve ser entendido nesse contexto. E a deferência especial despendida ao Brasil pelo chanceler polonês no encontro com os mais altos representantes do governo cubano também. Afinal, além de se estar iniciando

esse estreitamento de relações entre o Brasil e um país socialista europeu – e por isso mesmo não ser do desejo da Polônia que esse governo seja desestabilizado por iniciativas revolucionárias cubanas –, o Brasil era um dos poucos países das Américas a manter relações diplomáticas com Cuba, e não seria interessante para o governo de Fidel Castro perder esse parceiro, que contava com prestígio no continente.

A visita do chanceler Adam Rapacki, da Polônia, a Cuba, de 11 a 16 de junho, foi um fato tão importante para a diplomacia brasileira que suas repercussões alcançaram até o mês de agosto nas comunicações entre as embaixadas. Visando ao conhecimento do representante brasileiro em Moscou, Vasco Leitão da Cunha, retransmitiu telegrama recebido de Havana para o posto diplomático do Brasil na URSS.<sup>16</sup> Nessa mensagem, o Itamaraty dava ao conhecimento do embaixador Leitão da Cunha, o que já era sabido pelos meios diplomáticos presentes na ilha de Cuba, que as relações entre aquele país e a URSS não iam bem, sendo que a causa era a excessiva interferência do ex-embaixador soviético, Sergei Kudryavtsev, nos assuntos cubanos, e que era corrente em Cuba o comentário de que “sua atitude [de Kudryavtsev] contava, porém, com a aprovação de Moscou, já que ao regressar a seu país não foi punido, e sim colocado como segundo chefe do ministério das Relações Exteriores”.<sup>17</sup>

Além de apoiar os velhos membros do Partido Socialista Popular (PSP) (formados pelos comunistas cubanos)<sup>18</sup> e de criticar a organização do país, o diplomata brasileiro em Havana supunha que: “entre os conselhos mais repetidos aqui por Kudryavtsev

estaria o abrandamento da política cubana para a América Latina, que vem prejudicando os objetivos mais amplos perseguidos pelos soviéticos neste Continente”<sup>19</sup> – algo que certamente não era do agrado dos membros do governo cubano. No mesmo documento, o representante brasileiro em Havana afirmava – e o Itamaraty deixava o representante do país a par em Moscou – que os soviéticos não estavam felizes com as tentativas de Fidel Castro para desarticular o PSP, com o objetivo de levar a Segunda Declaração de Havana adiante.

Além disso, os soviéticos estariam descontentes com a “desorganização reinante no país”, o que ampliava os custos que a URSS tinha de arcar no auxílio de Cuba, concluindo que “todas essas questões devem ter pesado na negativa soviética de ampliar a ajuda econômica e militar pedida por Raul Castro”,<sup>20</sup> o que haveria sido tratado com grande frieza pelos soviéticos em Moscou. Em razão disso, Raul Castro teria voltado diretamente para Havana, cancelando visitas que seriam feitas a outros quatro países socialistas, em sinal de seu descontentamento com o bloco comunista. Nesse ponto, o governo brasileiro não podia estar mais errado.

Escapava ao alcance da diplomacia brasileira, como, de certo, a todas as demais embaixadas em Cuba naquele momento, o real alcance da missão empreendida por Raul Castro na URSS. Por não ter havido nenhuma divulgação em Cuba a respeito dos resultados da missão de Raul na URSS, tampouco nenhum comunicado conjunto tenha sido emitido, o representante do Brasil produziu uma informação para o Itamaraty,

enviada posteriormente para a URSS, que era exatamente o oposto da realidade, mas se encaixava perfeitamente bem nas intenções de Kruschev, que não queria publicidade para o acordo que dava início à Operação Anadyr, ao contrário de Fidel Castro (DIEZ ACOSTA, 2002, p. 125-132).

Por fim, ou entendendo mal o significado real das palavras de Fidel Castro, ou Fidel Castro tendo deliberadamente tentado ocultar a realidade, o diplomata brasileiro divulgou que: “Fidel Castro advertiu, no dia 26, que a ‘única solução a nossas necessidades é o nosso trabalho’”, interpretando essa alocação como um importante sinal do distanciamento da URSS de Cuba.<sup>21</sup>

José Maria Diniz Ruiz de Gamboa, logo que soube da indicação do novo embaixador da URSS em Cuba, tratou de informar ao ministério das Relações Exteriores do Brasil. Aparentemente desconhecendo o fato de que Alexandre Alexeev era um agente da KGB (KHRUCHTCHEV, 1991, p. 223; GOTT, 2006, p. 209), o representante brasileiro comunicava que o novo embaixador soviético já estava em solo cubano nos últimos dois anos, desempenhando a função de conselheiro da Embaixada Soviética. Também era informado ao Itamaraty que Alexeev tinha ido para Moscou logo após o afastamento de Kudryavtsev. E, acertadamente, notificava ao governo brasileiro que a impressão geral nos corpos diplomáticos em Havana era que sua designação era uma forma de agradar a Fidel Castro, dado terem o primeiro-ministro cubano e Alexandre Alexeev muito boas relações.<sup>22</sup>

Já em fins de agosto, o governo brasileiro preocupava-se com o apoio soviéti-

co a Cuba. O Itamaraty, sob o comando de Afonso Arinos, solicitava que a embaixada em Havana se informasse a respeito da “entrada em Cuba de cinco mil técnicos militares soviéticos e sete mil peritos industriais dos países da Cortina”, porém, pela longa vivência diplomática de Arinos no exterior, o que mais lhe preocupava era a informação de que “russos estariam estabelecendo uma base para lançamento de projéteis, bem como mantendo uma estação para contato com cosmonautas”.<sup>23</sup>

Prontamente, o embaixador brasileiro em Cuba, Luis Leivas Bastian Pinto, atendeu à solicitação do Itamaraty, alegando que, em Cuba, também ocorriam muitas versões a respeito da finalidade do ingresso dos soviéticos no país, os quais ele, sem reservas, classifica de “soldados comunistas”. No entanto, para Bastian Pinto, mesmo que recentemente tenha aumentado muito o número de técnicos tidos como militares soviéticos, “minha impressão atual é de que não têm fundamento” as notícias ou mesmo os boatos a respeito da “construção de bases para lançamentos de foguetes”.<sup>24</sup>

O embaixador comunica ao ministério brasileiro, de forma enfática, que “as cifras mencionadas pela imprensa estrangeira são, sem dúvida, exageradas” e procura tranquilizar o Itamaraty, alertando que, recentemente, o governo cubano anunciou, de forma oficial, que eram esperados mais de mil técnicos soviéticos no país. Para Bastian Pinto, esse reforço humano enviado pela URSS era uma forma, também, de propaganda com que o governo de Castro contava para confortar os cubanos que viviam em estado de penúria. Mas não passa despercebido

pelo diplomata que, junto com a ajuda técnica soviética, era enviado muito equipamento militar. Porém, novamente em tom bastante enfático, afirma que: “uma estação para contacto com os cosmonautas pode existir e passar despercebida, mas estou bastante seguro de que não há base de lançamento de projéteis; nada consta aqui sobre uma ou outra”.<sup>25</sup>

Sem saber, com certeza, a origem e a razão do auxílio soviético, o embaixador em Cuba, de forma mais humilde, aventa a possibilidade de o motivo dessa ajuda estar relacionado com o “reconhecimento da incapacidade dos revolucionários para administrar razoavelmente o país [...] sobre isso estou procurando formar uma opinião mais segura a fim de transmiti-la a Vossa Excelência”.<sup>26</sup> Porém, o governo brasileiro não estava satisfeito com as informações recebidas da embaixada em Cuba a respeito dos militares soviéticos e da possível instalação de bases de foguetes naquele país. Estava à procura de mais – e melhores – informações a esse respeito. Por essa razão, resolveu enviar cópia do telegrama recebido de Bastian Pinto para Leitão da Cunha, como um sinal de alerta sobre o que estava acontecendo em Cuba.<sup>27</sup>

## O continente em alerta: a Organização dos Estados Americanos como palco da política estadunidense

Em 04 de setembro, Kennedy concede uma entrevista advertindo Kruschew a respeito dos armamentos em Cuba. Era cada vez mais público o aumento do apoio soviético à República de Cuba. Aumentava,

inclusive, a preocupação dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA), incitada pelos EUA. Em razão disso, Afonso Arinos faz emitir comunicação diretamente ao embaixador do Brasil naquele fórum, Ilmar Penna Marinho, informando que o embaixador Lincoln Gordon o avisara de que o representante estadunidense na Comissão Consultiva de Segurança da OEA apresentaria um pedido para que fosse elaborado pela comissão “um estudo sobre a infiltração comunista e a influência de técnicos e militares do bloco oriental em Cuba e suas possíveis implicações com as campanhas de subversão em países americanos”.<sup>28</sup>

Evidentemente, os Estados Unidos não queriam apenas informar ao Brasil suas ações na OEA. Afonso Arinos expressa a Penna Marinho que Lincoln Gordon “estimaria” que o representante estadunidense: “pudesse ser acompanhado por outros representantes na solicitação que formulará”.<sup>29</sup> Todavia, não emite nenhuma instrução a Penna Marinho a esse respeito, pelo contrário, solicita a opinião do embaixador na OEA sobre o assunto, com especial atenção “sobre os objetivos que estariam sendo visados pelos Estados Unidos da América com sua proposta”.<sup>30</sup>

Os acontecimentos em Cuba estavam deixando o continente em alerta. Se, inicialmente, era alvo de comentários nas embaixadas diplomáticas de Havana, então, a situação ameaçava tornar-se institucional, em razão do pedido dos EUA na Comissão Consultiva de Segurança da OEA. Assim como fez em relação à embaixada em Moscou, o Itamaraty enviou o mesmo telegrama procedente de Havana, no qual se informava a

respeito do número de soviéticos em Cuba e das suspeitas de instalações de bases para o lançamento de foguetes, para seu representante na OEA.<sup>31</sup> Era necessária grande atenção a esse respeito, em virtude das proporções que poderia tomar, principalmente em função, pensavam os representantes brasileiros, das respostas que os EUA estivessem inclinados a dar.

A opinião do representante brasileiro na OEA, Ilmar Penna Marinho, não demorou. Um dia após ser instado por Afonso Arinos, Penna Marinho enviou um longo telegrama com informações preciosas acerca dos objetivos mais prementes dos EUA em relação à situação em Cuba.<sup>32</sup> Reportou-se a um encontro entre Dean Rusk, o secretário do departamento de Estado dos EUA, e os representantes dos países latino-americanos na OEA, no qual deseja comentar a declaração do presidente Kennedy realizada no dia 04 de setembro de 1962. De acordo com Penna Marinho, Dean Rusk procurou tranquilizar os embaixadores presentes no encontro, minimizando o perigo que o material militar enviado pela URSS poderia representar para os Estados Unidos e para os demais países do continente.

O secretário do departamento de Estado dos EUA afirmou “ser material de caráter exclusivamente defensivo”, na mesma linha do discurso pronunciado por Kennedy, “com alcance reduzido dos foguetes (de 15 a 25 milhas) e também com característica de armas antiaéreas e de defesa naval”. Com essas informações, Penna Marinho tornava oficial, para o governo brasileiro, que havia foguetes em Cuba, embora de caráter defensivo. O embaixador brasileiro na OEA ainda

frisou que Rusk “ressaltou estar informado que até o presente momento não haviam sido entregues armas de caráter ofensivo”.<sup>33</sup>

Ainda na tentativa de tranquilizar os embaixadores dos países pertencentes à OEA, Dean Rusk fez questão de esclarecer, conforme o relato de Penna Marinho, que, se Cuba viesse a receber armas de caráter ofensivo e as utilizasse contra qualquer país do continente, “os Estados Unidos tomariam ‘as medidas necessárias’”.<sup>34</sup> Porém, nem Rusk esclareceu, nem Penna Marinho explicou ao Itamaraty, quais seriam essas “medidas necessárias”. Seria uma invasão a Cuba? Seria a destruição das armas soviéticas instaladas naquele país? O governo brasileiro, que já andava preocupado com a situação, dado o número de consultas às suas embaixadas no exterior, certamente, não correspondeu ao objetivo de Rusk, ou seja, o de ficar tranquilo.

Além de “tranquilizar” os países membros da OEA, o encontro com Rusk também serviu para que os EUA insinuassem que poderiam convocar a Comissão Consultiva de Segurança – sobre isso, o governo brasileiro já estava prevenido, a partir do encontro de Gordon com Arinos. O objetivo dessa convocação seria: “considerar o problema do treinamento de elementos latino-americanos em técnicas de propagandas subversivas levadas a efeito por Cuba”.<sup>35</sup>

O real objetivo só foi revelado no decorrer do encontro. O secretário de Estado dos EUA sugeriu que fosse realizada uma “reunião informal de ministros do exterior do hemisfério” em Nova York, quando da abertura da XVII Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de setembro, “para apreciar desenvolvimentos recentes da



questão e chegar, pelo menos em princípio, a uma conclusão sobre medidas a tomar”.<sup>36</sup> Ora, era sabido por todos que os EUA contavam com largo apoio na OEA para aprovar o que fosse de seu interesse. Em se tratando de Cuba, essa situação era ainda mais confortável para a diplomacia estadunidense, em razão de serem poucos os países, naquele momento, a ainda estabelecerem relações diplomáticas com a República de Cuba. Insistindo que a reunião seria informal, o representante dos EUA afirmava que a razão para o encontro estava ligada diretamente ao interesse em saber a reação de seus colegas perante os seguintes pontos de discussão:

[...] situação de Cuba; admissão de novos membros na OEA; regimes provenientes de golpe de Estado; XI Conferência Interamericana; e, eventualmente, situação de Berlim ou outra qualquer de grande interesse no cenário mundial.<sup>37</sup>

Não constituía segredo para ninguém, muito menos para o Itamaraty, que a preocupação central desse encontro informal era o seu ponto primeiro: a situação de Cuba. Os outros tópicos não apresentavam a mesma dimensão de polêmica, afinal, qual a razão de ser contra novos membros da OEA, se a configuração atual já era plena e absolutamente favorável aos interesses dos EUA, não gerando nenhuma oposição ao seu domínio novos ingressos, mesmo que se colocassem em uma posição de contestação da hegemonia estadunidense no órgão? Que países se colocariam favoráveis a golpes de Estado, quando as vítimas seriam os governos representados pelos diplomatas em questão? O que de polêmico poderia haver sobre a Conferência Interamericana naquele

momento? O que poderiam fazer os países latino-americanos em relação à situação de Berlim?<sup>38</sup> O grande propósito da reunião informal só poderia ser um: o governo cubano, como o próprio Penna Marinho expressou:

Como adiantei a Vossa Excelência, continuam autoridades norte-americanas preocupadas em reduzir a importância dos recentes acontecimentos em Cuba com propósito evidente, a meu ver de guardarem outras posições mais vantajosas no quadro da Guerra Fria. As declarações do senhor Rusk poderiam ser reduzidas as seguintes: não se assumem, não nos criem complicações porque não há perigo algum com auxílio soviético a Cuba. Estamos vigilantes e qualquer ameaça de agressão comunista ou castrista, interviremos com todas as nossas forças.<sup>39</sup>

Assim, não haveria espaço para nenhum tipo de agressão “comunista ou castrista” nas Américas. Os Estados Unidos, acima da OEA, não deixariam isso acontecer. Essa era a mesma declaração emitida por Kennedy, porém, agora a um público específico: os representantes dos países latino-americanos, portanto, os governos da América Latina estavam avisados e poderiam ficar tranquilos a respeito do que vinha acontecendo em Cuba, não precisariam mais dar atenção a rumores sobre a real importância do apoio militar soviético àquele país.

Todavia, os Estados Unidos não estavam convencidos de que tivessem tranquilizado os países da América Central. Imaginavam que a reunião informal seria suficiente para acalmar aqueles países, que se sentiam, possivelmente com razão, muito indefesos diante de uma possível agressão militar cubana, principalmente pela pouca distância a que se encontravam e também pelas suas

dimensões geográficas, que facilitariam invasões – lembrando, também, que alguns desses países da América Central, como Nicarágua e Guatemala, estiveram, de alguma forma, mesmo que indiretamente, envolvidos com o episódio da Baía dos Porcos e, por isso mesmo, temiam vingança por parte de Cuba.

Contudo, não houve boa repercussão entre os países representados na OEA a respeito da reunião informal, pois “vários delegados mostraram-se descontentes com a proposta de Rusk”,<sup>40</sup> por entenderem que, para um assunto daquela dimensão, deveria ser chamada uma reunião formal, dentro do âmbito da OEA.

Penna Marinho encerra o telegrama fazendo uma análise sobre os interesses dos EUA a respeito da convocação da reunião informal dentro do quadro da Guerra Fria, concluindo que, se Cuba vinha recebendo o apoio militar soviético, isso se devia, fundamentalmente, à decisão patrocinada pelos Estados Unidos durante a VIII Reunião de Consulta, no início do ano, em Punta del Este:

Essa atitude dos Estados Unidos que pode parecer incompreensível se analisada do ângulo dos compromissos de ordem continental, afigura-se-me, porém, perfeitamente compreensível se examinada dentro do quadro mundial da Guerra Fria, onde os próprios Estados Unidos ao alijarem Cuba do sistema interamericano, colocaram irremediavelmente problema cubano. Norte-americanos estariam, pois, pagando primeiro tributo da falta de clarividência que demonstraram em Punta del Este.<sup>41</sup>

Face ao grande interesse do governo brasileiro sobre o que estava acontecendo em Cuba, o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto enviou suas impressões sobre a

relação entre Cuba e União Soviética para o ministro Afonso Arinos, que, na semana seguinte, faria o discurso de abertura da XVII Assembleia Geral da ONU, como mandava a tradição daquela instituição. Bastian Pinto expressou suas opiniões em três blocos, sendo o primeiro relacionado com o apoio soviético a Cuba, o segundo sobre as forças armadas cubanas e o terceiro sobre a situação política interna no país.<sup>42</sup>

Para Bastian Pinto, realmente, a ajuda soviética aumentara muito nos últimos meses, especialmente em bens de consumo, armamentos e no envio de técnicos civis e militares. Em seu julgamento, isso se dava pela incapacidade dos cubanos em reconstruir a economia do país, entregando grande parte dessa tarefa aos soviéticos. Para ele, embora, até então, não existissem sinais conclusivos, essa dependência econômica acarretaria, certamente, no futuro, maior influência política da URSS sobre Cuba.<sup>43</sup> Em sua avaliação, nada permitia perceber o papel que ele reservava aos EUA perante essa situação, ao contrário do que foi possível depreender do comunicado de Ilmar Penna Marinho.

O embaixador brasileiro em Cuba destacou que: “as forças armadas cubanas melhoram, constantemente, em preparo e equipamentos”, e, aparentemente, esse equipamento militar era “totalmente defensivo”. Bastian Pinto afirmou que o governo cubano fazia questão de demonstrar os armamentos que tinha, tais como “lançadores múltiplos de foguetes antiaéreos e aviões de combate MIG supersônicos [...] e lanchas guarda-costas russos”. Sobre os pontos que já tinha sido questionado pelo Itamaraty, ou seja, os militares soviéticos e as bases de

foguetes, o diplomata brasileiro escreveu: “reitero a minha convicção de que não existem, aqui, tropas estrangeiras; não tenho nenhuma indicação positiva de que se estejam construindo rampas para o lançamento de projetis”,<sup>44</sup> alegando, ainda, que o fortalecimento da defesa cubana não era nenhuma surpresa, pois fazia parte do que Fidel Castro anunciara em dezembro de 1961.

Em relação à situação interna em Cuba, segundo o embaixador brasileiro, praticamente não havia mudanças, visto que o poder continuava concentrado nas mãos de Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara, e a situação econômica continuava ruim, destacando-se a falta de alimentos e de bens de consumo, tanto duráveis quanto não duráveis. Essa situação, de acordo com Bastian Pinto, produzia descontentamento e alguns protestos isolados, colaborando para uma “provável diminuição da popularidade de Fidel Castro, mas, ainda, não teve consequências políticas palpáveis”.<sup>45</sup> Por fim, o embaixador brasileiro alertou ao governo brasileiro que existia uma oposição interna ao governo revolucionário, sob a forma de pequenos grupos esparsos de guerrilheiros, mas que eles não apresentavam perigo para Fidel Castro. Além disso, existia uma forte emigração de cubanos desencantados com os revolucionários e que perdiam o ânimo de combater o regime.

Bastian Pinto, desse modo, mantém a sua avaliação feita em fins de agosto sobre a sociedade cubana. Na sua forma de perceber a situação interna de Cuba, ele continuou a frisar que não havia ameaças para os demais países do continente advindas de Cuba, entrando em sintonia com a pregação

estadunidense. Para o diplomata brasileiro, o grande problema de Cuba não era militar, mas econômico.

Entretanto, no dia anterior ao envio da mensagem do embaixador brasileiro, haviam chegado a Cuba, a bordo do navio soviético *Omsk*, os primeiros mísseis soviéticos de médio alcance, os MRBM. Esses mísseis eram capazes de atingir as regiões dos Estados Unidos mais próximas de Cuba. Os demais mísseis, entre os quais os de alcance intermediários, os IRBM, capazes de atingir a capital estadunidense e a cidade de Nova Iorque, chegariam em Cuba no fim do mês de setembro (DOBBS, 2009, p. 42-45).

Enquanto as armas soviéticas eram desembarcadas em Cuba sem ninguém saber, da representação brasileira na OEA era enviada para o Itamaraty uma série de esclarecimentos mais aprofundados a respeito do pedido do ministro Afonso Arinos de Melo Franco sobre a intenção dos EUA perante a Comissão Consultiva de Segurança. Penna Marinho argumenta que o propósito dos Estados Unidos realmente era pedir à comissão um estudo sobre a infiltração comunista realizada pelos técnicos e militares soviéticos em Cuba, confirmando serem eles, ou não, elementos de subversão nos países americanos. Todavia, essa solicitação ainda não fora tomada. Houve, sim, uma solicitação que possivelmente ainda não era de conhecimento do Itamaraty: que fosse “realizado um estudo geral sobre o perigo que representa para a paz e segurança do continente o grande número de viagens entre repúblicas americanas e o bloco chino-soviético e Cuba”.<sup>46</sup>

Para Penna Marinho, os Estados Unidos propunham e procuravam justificar, in-

clusivo por meio de menções a resoluções da VIII Reunião de Consultas, que:

[...] embora muitas dessas viagens não sejam de caráter subversivo, representam elas todas um dos meios utilizados pelo movimento comunista internacional para doutrinar agentes e para transmitir propaganda e instruções. O projeto da proposta faz referência, particularmente, ao recrutamento de pessoas, individualmente ou em grupos, para visitar países do bloco chino-soviético e Cuba com aqueles fins e para viagens de agentes conhecidos do comunismo internacional, que representam um perigo real e iminente à estabilidade política dos governos e à segurança do continente.<sup>47</sup>

Caberia, portanto, à Comissão Consultativa de Segurança da OEA controlar o trânsito de pessoas para fora do continente e de dentro do continente para Cuba, de acordo com o projeto estadunidense. O embaixador brasileiro na OEA ainda alerta ao governo brasileiro que tal projeto pretendia “reviver o sistema policial de controle vigorante por ocasião da Segunda Guerra Mundial”.<sup>48</sup>

Esse projeto, de acordo com o telegrama de Penna Marinho, teve o apoio de vários delegados da comissão, o que dificultaria a sua não aprovação. A alternativa seria utilizar-se da ressalva incluída pelo delegado brasileiro na comissão, relativa ao “repúdio às medidas repressivas que com pretexto de isolar e combater o comunismo possam facilitar a aparição e o fortalecimento de doutrinas e medidas reacionárias” e, a partir disso, entender “que a liberdade de locomoção não pode ser indiscriminadamente tolhida”.<sup>49</sup>

Após essa argumentação, o representante brasileiro na OEA se pôs a conjecturar a respeito dos motivos que levaram os EUA

a apresentar esse projeto de resolução. Para ele, a resposta estava relacionada à política interna do país, com especial atenção para as eleições que ocorreriam em novembro. Penna Marinho imaginava que Kennedy estivesse sofrendo pressões dos republicanos e de setores da imprensa e que, portanto, talvez necessitasse, “no interesse eleitoral dos democráticos, de dar satisfação à opinião pública tomando qualquer providência relativa à chegada de técnicos militares soviéticos a Cuba”. Na avaliação do embaixador brasileiro, o governo estadunidense, por manter também técnicos e militares em países muito próximos da URSS e da China, não pretendia mais do que medidas paliativas, como a discussão na comissão e “como a informal conversa de Chanceleres em Nova York, evitando uma reunião formal, para não atacar frontalmente o tema, assim procura contornar”.<sup>50</sup>

## Considerações finais

Calcado em um movimento de fortes elementos nacionalistas, o movimento revolucionário cubano liderado por Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Raul Castro e Camilo Cienfuegos se desenvolveu articulando elementos anti-imperialistas e anticapitalistas, o que culminou na declaração, em 16 de abril de 1961 – em meio aos episódios da tentativa de invasão da Baía dos Porcos –, do caráter socialista da revolução.

Ao *latino-americanizar* a Guerra Fria, o governo dos Estados Unidos da América, sob os auspícios de John Fitzgerald Kennedy, passaria a eleger Cuba como seu maior inimigo, muito mais pelo que poderia re-

presentar perante os demais países do continente do que por qualquer tipo de ameaça a seu território. Para lidar com a situação, o governo estadunidense modelou uma estratégia baseada em dois elementos: a política (com o projeto da Aliança para o Progresso) e a força militar (com a doutrina da contrainsurgência). É importante destacar que ambas ações aconteciam de forma concomitante, sendo não mais do que uma vã ilusão acreditar que a contrainsurgência só passaria a ser uma tática empregada a partir do fracasso da Aliança para o Progresso.

As relações entre os EUA e Cuba se agravavam rapidamente. Eram correntes comentários a respeito de uma invasão da ilha por tropas militares da superpotência. A tal ponto que o primeiro-ministro da União Soviética ofereceu mísseis nucleares para a defesa de Cuba – e também para restabelecer o equilíbrio de poder, pois havia mísseis estacionados na Turquia e na Itália apontados para a URSS. Castro acabou aceitando a proposta de Kruschew, e o auxílio militar começara a tomar grandes proporções.

O governo brasileiro começara a se interessar mais de perto pela “questão de Cuba”. Por intermédio de seus representantes em Havana, Bastian Pinto e Ruiz de Gamboa, passou a acompanhar o que estava acontecendo em Cuba com mais atenção. Os relatos sobre a movimentação de soviéticos passaram a ter maior frequência a partir de julho e agosto. Em setembro, o presidente Kennedy se manifestava publicamente falando da existência de armamento soviético em Cuba, mas destacava que se tratavam de armas de caráter defensivo. Ao mesmo tempo, o representante de seu país na OEA tratava de es-

tabelecer contatos com a intenção de realizar uma reunião informal dos chanceleres nos EUA, nos primeiros dias de outubro, para tratar, principalmente, da questão de Cuba – o que, definitivamente, não era do interesse do governo do Brasil, sua solidariedade ao governo cubano era vista como intolerável pelos ocupantes da Casa Branca.

## Abstract

This article discusses how the Cuban Revolution significantly altered the relations among the countries in the American continent. For the Kennedy government, Fidel Castro represented the greatest intimidation to his hegemonic domination in the Americas. In a period of less than two years, there were many disputes between the United States of America and the Republic of Cuba. According to its Política Externa Independente, the Goulart government was involved in the Cuba issue. Even in the midst of the emergence of a new Council of Ministers and concerned about the elections that would happen, the Brazilian government was paying attention to that small island in the Caribbean and to the actions of the US government. One of them, in particular, was the object of great interest by President João Goulart and Prime Minister Hermes Lima: the meeting of Secretary of State Dean Rusk with representatives of the Latin American countries at the Organization of American States.

*Keywords:* Cold War. Organization of American States. Cuban Revolution.

## Resumen

Este artículo aborda cómo la Revolución Cubana alteró significativamente las relaciones entre los países en el continente americano. Para el gobierno Kennedy, Fidel Castro representaba la mayor amenaza a su dominio hegemónico en las Américas. En un período inferior a dos años, muchas fueron las desavenencias entre los Estados Unidos de América y la República de Cuba. En razón de su Política Externa Independiente, el gobierno Goulart se veía bastante involucrado en la cuestión de Cuba. Incluso en medio de la emergencia de un nuevo Consejo de Ministros y preocupado por las elecciones que se realizarían, el gobierno brasileño no dejaba de prestar atención en aquella pequeña isla del Caribe y en las acciones del gobierno de EEUU. Una de ellas, en especial, era objeto de gran interés del presidente João Goulart y del primer ministro Hermes Lima: el encuentro del secretario de Estado, Dean Rusk, con los representantes de los países latinoamericanos ante la Organización de Estados Americanos.

*Palabras clave:* Guerra Fría. Organización de Estados Americanos. Revolución Cubana.

## Notas

- <sup>1</sup> Praticamente todas as fontes primárias utilizadas neste texto se encontram no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE) – localizado na capital do Brasil, Brasília, DF, junto ao Itamaraty.
- <sup>2</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 222. Assunto: Visita do Chanceler Rapacki a Havana. Data: 07 de junho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.

- <sup>3</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 242. SECRETO. Assunto: Visita do Chanceler Rapacki a Havana. Data: 03 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>4</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 242. SECRETO. Assunto: Visita do Chanceler Rapacki a Havana. Data: 03 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Aníbal Escalante fazia parte dos quadros do Partido Comunista Cubano desde a década de 1930. No início da década de 1960, era o responsável pela criação de um novo partido comunista, que deveria ser realizado “à imagem soviética” (GOTT, 2006, p. 226-227).
- <sup>5</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 242. SECRETO. Assunto: Visita do Chanceler Rapacki a Havana. Data: 03 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>6</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 243. Assunto: Visita de Raul Castro a Moscou. Data: 04 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF. Nesse mesmo telegrama, Ruiz de Gamboa pede ao MRE para que lhe retransmita as notícias que a Embaixada de Moscou possa dar sobre o motivo da viagem, desconhecido para ele.
- <sup>7</sup> Diez Acosta (2002) explica que a operação teve esse nome para confundir a inteligência estadunidense, pois Anadyr é uma região da Sibéria.
- <sup>8</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 242. SECRETO. Assunto: Visita do Chanceler Rapacki a Havana. Data: 03 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>9</sup> Despacho telegráfico para a Embaixada em Varsóvia. N. 87. SECRETO. Assunto: Visita do Chanceler Rapacki a Cuba. Data: 06 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>10</sup> Despacho telegráfico para a Embaixada em Varsóvia. N. 87. SECRETO. Assunto: Visita do Chanceler Rapacki a Cuba. Data: 06 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>11</sup> A Declaração do XX Congresso do Partido Comunista da URSS aconteceu em 1956. Foi nessa famosa declaração que Kruschew, para uma seleta plateia de líderes soviéticos, realizou a denúncia dos crimes de Stálin – além, é claro, da noção da coexistência pacífica (HOBSBAWM, 2003, p. 239).
- <sup>12</sup> Relatório do MRE para o ano de 1961. Apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Francisco Clementino San Tiago Dantas, Ministro das Relações Exteriores, p. 54-55. Arquivo San Tiago

- Dantas (AP47), Caixa 33, pacotilha 1. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.
- <sup>13</sup> Comunicado Conjunto Brasil-Polônia. Varsóvia, 17 de maio de 1962. Arquivo San Tiago Dantas (AP47), Caixa 42, pacotilha 1. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.
- <sup>14</sup> Comunicado Conjunto Brasil-Polônia. Varsóvia, 17 de maio de 1962. Arquivo San Tiago Dantas (AP47), Caixa 42, pacotilha 1. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.
- <sup>15</sup> Comunicado Conjunto Brasil-Polônia. Varsóvia, 17 de maio de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 42, pacotilha 1. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.
- <sup>16</sup> O Ministério das Relações Exteriores já não era mais ocupado por San Tiago Dantas. Compondo o gabinete Brochado da Rocha, Afonso Arinos de Melo Franco desempenhou as funções de ministro das Relações Exteriores no período compreendido entre 10 de julho e 14 de setembro de 1962.
- <sup>17</sup> Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. N. 91. SECRETO. Assunto: Relações Cuba-URSS. Data: 08 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>18</sup> O PSP deixou de existir em março de 1962, quando foi fundido com o M-26 e o Diretório Revolucionário, dando origem à Organização Revolucionária Integrada (ORI). Em 1963, a ORI foi transformada em Partido Unido da Revolução Socialista Cubana (Purs) para, apenas em 1965, quando as relações com a URSS já tinham se tornado muito estreitas, voltar a usar o nome de Partido Comunista Cubano (GOTT, 2006, p. 389).
- <sup>19</sup> Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. N. 91. SECRETO. Assunto: Relações Cuba-URSS. Data: 08 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>20</sup> Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. N. 91. SECRETO. Assunto: Relações Cuba-URSS. Data: 08 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>21</sup> Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 91. SECRETO. Assunto: Relações Cuba-URSS. Data: 08 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>22</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 274. Assunto: Novo Embaixador soviético em Havana. Data: 15 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>23</sup> Despacho telegráfico para a Embaixada em Havana. N. 139. Assunto: Situação de Cuba. Data: 29 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>24</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 286. SECRETO. Assunto: Situação política de Cuba. Data: 31 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>25</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 286. SECRETO. Assunto: Situação política de Cuba. Data: 31 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>26</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 286. SECRETO. Assunto: Situação política de Cuba. Data: 31 de agosto de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>27</sup> Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 110. SECRETO. Assunto: Situação política de Cuba. Data: 02 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>28</sup> Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. N. 196. CONFIDENCIAL. Assunto: Comissão Consultiva de Segurança. Infiltração comunista nas Américas. Data: 05 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>29</sup> Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. N. 196. CONFIDENCIAL. Assunto: Comissão Consultiva de Segurança. Infiltração comunista nas Américas. Data: 05 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>30</sup> Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. N. 196. CONFIDENCIAL. Assunto: Comissão Consultiva de Segurança. Infiltração comunista nas Américas. Data: 05 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>31</sup> Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. Carta-telegrama N. 59. SECRETO. Assunto: Situação política em Cuba. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>32</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: Questão de Cuba. Reunião informal dos chanceleres americanos. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>33</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: Questão de Cuba. Reunião informal dos chanceleres americanos. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>34</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: Questão de Cuba. Reunião informal dos chanceleres americanos. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>35</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: Questão de Cuba. Reunião informal dos chanceleres ameri-

- canos. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>36</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: Questão de Cuba. Reunião informal dos chanceleres americanos. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>37</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: Questão de Cuba. Reunião informal dos chanceleres americanos. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>38</sup> Fazia pouco mais de um ano que fora construído o Muro de Berlim, cidade na qual havia quatro zonas de ocupação: uma estadunidense, uma soviética, uma inglesa e uma francesa. Como a cidade fazia parte da RDA, a Alemanha Oriental, essa não era uma situação confortável para Ulbricht, governante comunista daquele país, que continuamente pressionava Kruschew para solucionar a questão de Berlim. A melhor análise sobre o problema berlinense é realizada por Frederick Kempe, que destaca os posicionamentos de Kruschew, Kennedy, Ulbricht e Adenauer ao longo da crise (KEMPE, 2013).
- <sup>39</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: Questão de Cuba. Reunião informal dos chanceleres americanos. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>40</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: Questão de Cuba. Reunião informal dos chanceleres americanos. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>41</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 436. CONFIDENCIAL. Assunto: Questão de Cuba. Reunião informal dos chanceleres americanos. Data: 06 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>42</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 243. Assunto: Visita de Raul Castro a Moscou. Data: 04 de julho de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>43</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 298. SECRETO. Assunto: Política do Governo Cubano. Ajuda Soviética. Data: 11 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>44</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 298. SECRETO. Assunto: Política do Governo Cubano. Ajuda Soviética. Data: 11 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>45</sup> Telegrama da Embaixada em Havana. N. 298. SECRETO. Assunto: Política do Governo Cubano. Ajuda Soviética. Data: 11 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>46</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 443. CONFIDENCIAL. Assunto: Infiltração comunista nas Américas. Data: 12 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>47</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 443. CONFIDENCIAL. Assunto: Infiltração comunista nas Américas. Data: 12 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>48</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 443. CONFIDENCIAL. Assunto: Infiltração comunista nas Américas. Data: 12 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>49</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 443. CONFIDENCIAL. Assunto: Infiltração comunista nas Américas. Data: 12 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.
- <sup>50</sup> Telegrama da Delegação do Brasil na OEA. N. 443. CONFIDENCIAL. Assunto: Infiltração comunista nas Américas. Data: 12 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília, DF.

## Referências

DIEZ ACOSTA, Tomás. *Octubre de 1962: a um paso del Holocausto – uma mirada cubana a la crisis de los misiles*, Havana: Editora Política, 2002.

DOBBS, Michael. *Um minuto para a meia-noite. Kennedy, Kruschew e Castro à beira da guerra nuclear*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2010.

GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KEMPE, Frederic. *Berlim, 1961: Kennedy, Khruschov e o lugar mais perigoso do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.



KHRUCHTCHEV, Nikita Sergeievitch. *As fitas da glasnost: memórias de Khruchtchev*. Siciliano: São Paulo, 1991.

SZULC, Tad. *Fidel: um retrato crítico*. São Paulo: Best Seller, 1987.

WEINER, Tim. *Legado de cinzas: uma história da CIA*. Rio de Janeiro: Record, 2008.